

# OFICINA REFORMA TRIBUTÁRIA

PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO

GESTÃO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTABILIDADE

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTROLE



*Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:*

***I - impostos;***

***II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;***

***III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.***



**Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:**

***I - importação de produtos estrangeiros - II;***

***II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados - IE;***

***III - renda e proventos de qualquer natureza - IR;***

***IV - produtos industrializados - IPI (será extinto com a Reforma Tributária);***

***V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários - IOF;***

***VI - propriedade territorial rural - ITR;***

***VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar – IGF (não regulamentado).***

***VIII - produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar (criado pela Reforma Tributária recebendo o nome de Imposto Seletivo – LC nº 214/25).***



***Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:***

***I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos - ITCMD;***

***II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior - ICMS;***

***III - propriedade de veículos automotores - IPVA.***



***Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:***

***I - propriedade predial e territorial urbana - IPTU;***

***II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição - ITBI;***

***III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar - ISSQN.***



*Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes **contribuições sociais***

*I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:*

*a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício - **INSS**;*

*b) a receita ou o faturamento – **PIS/PASEP, COFINS e CPRB**;*

*c) o lucro - **CSLL**;*





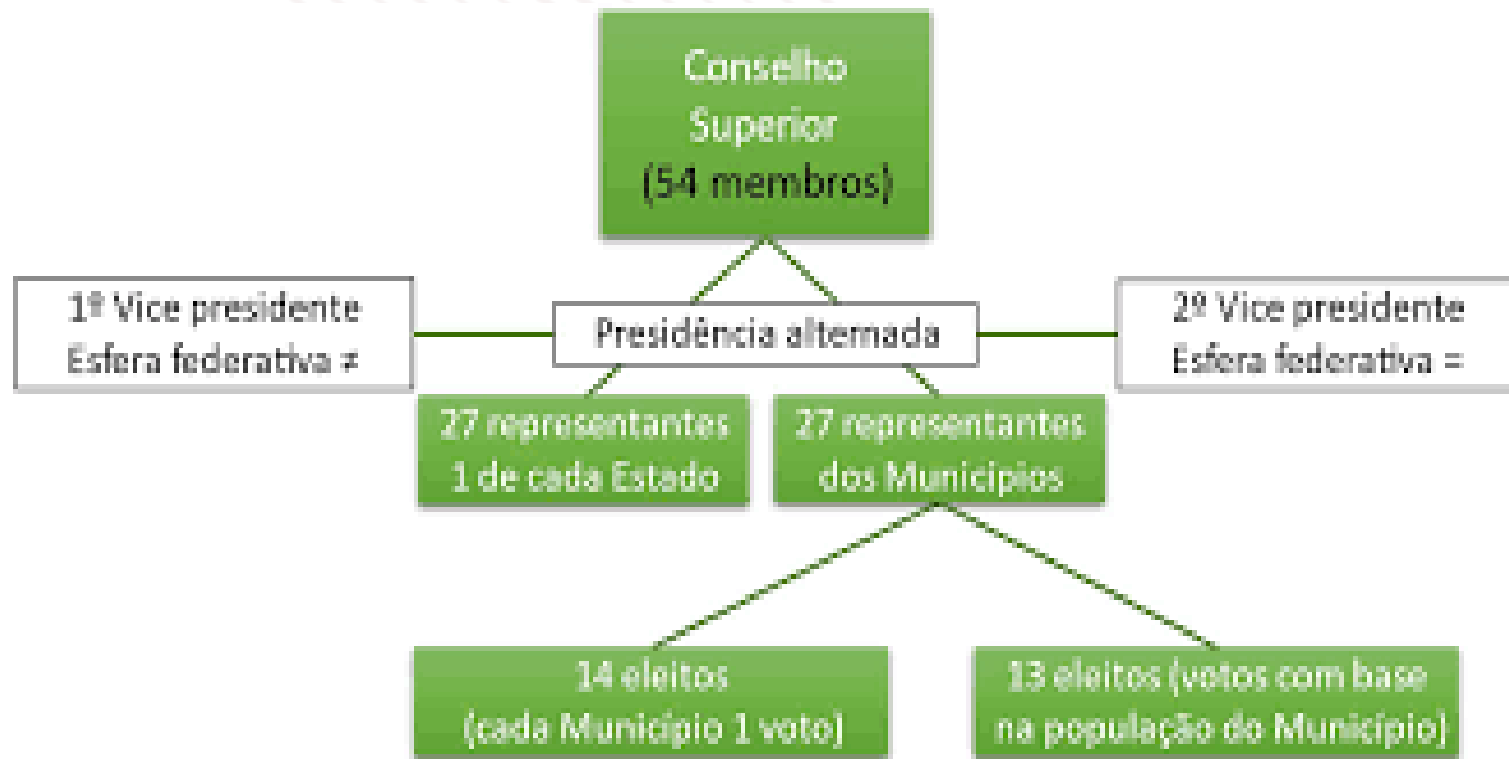
Tributos Antigos	Substituídos por	Competência	Observações
<b>PIS e COFINS</b>	CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)	Federal	Tributação não cumulativa e com crédito amplo
<b>ICMS e ISS</b>	IBS (Imposto sobre Bens e Serviços)	Estadual e Municipal	Arrecadação conjunta e gestão compartilhada
<b>IPI (restrito)</b>	Imposto Seletivo	Federal	Incide sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente

CONTROLE



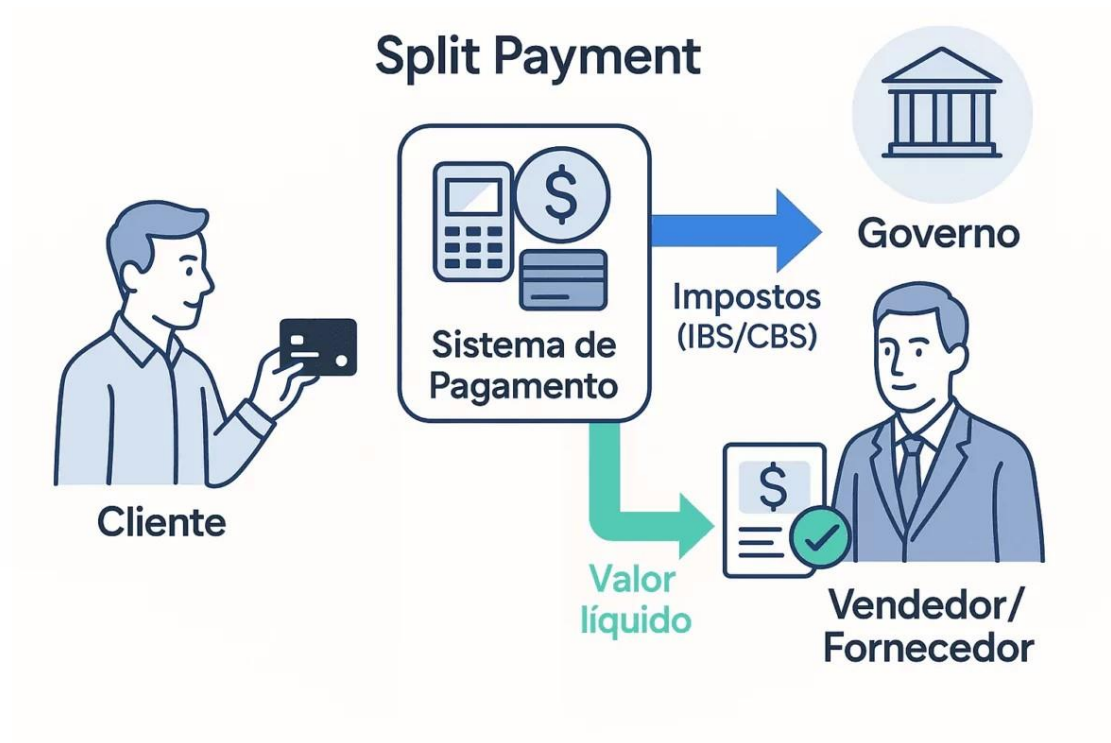






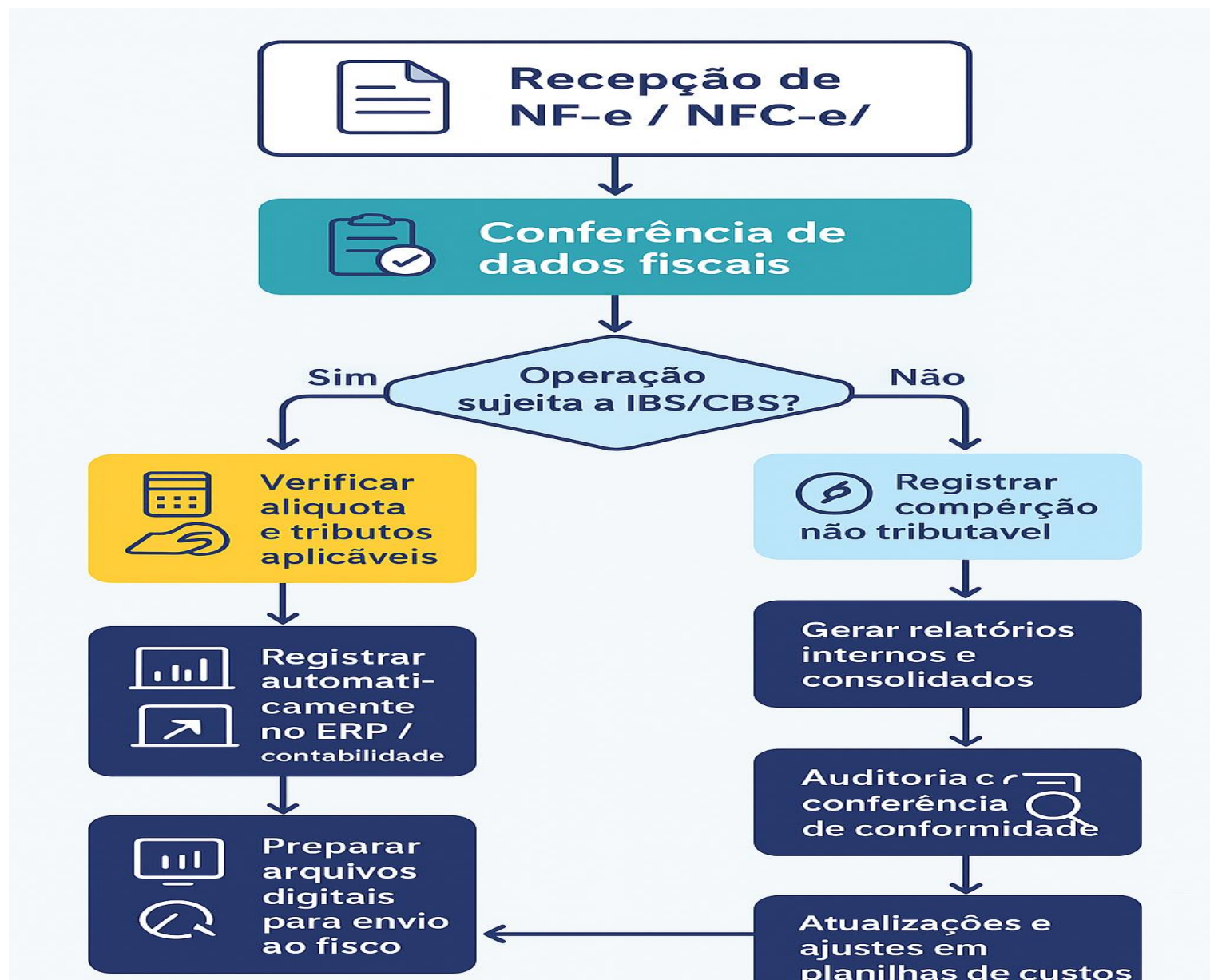
CONTROLE



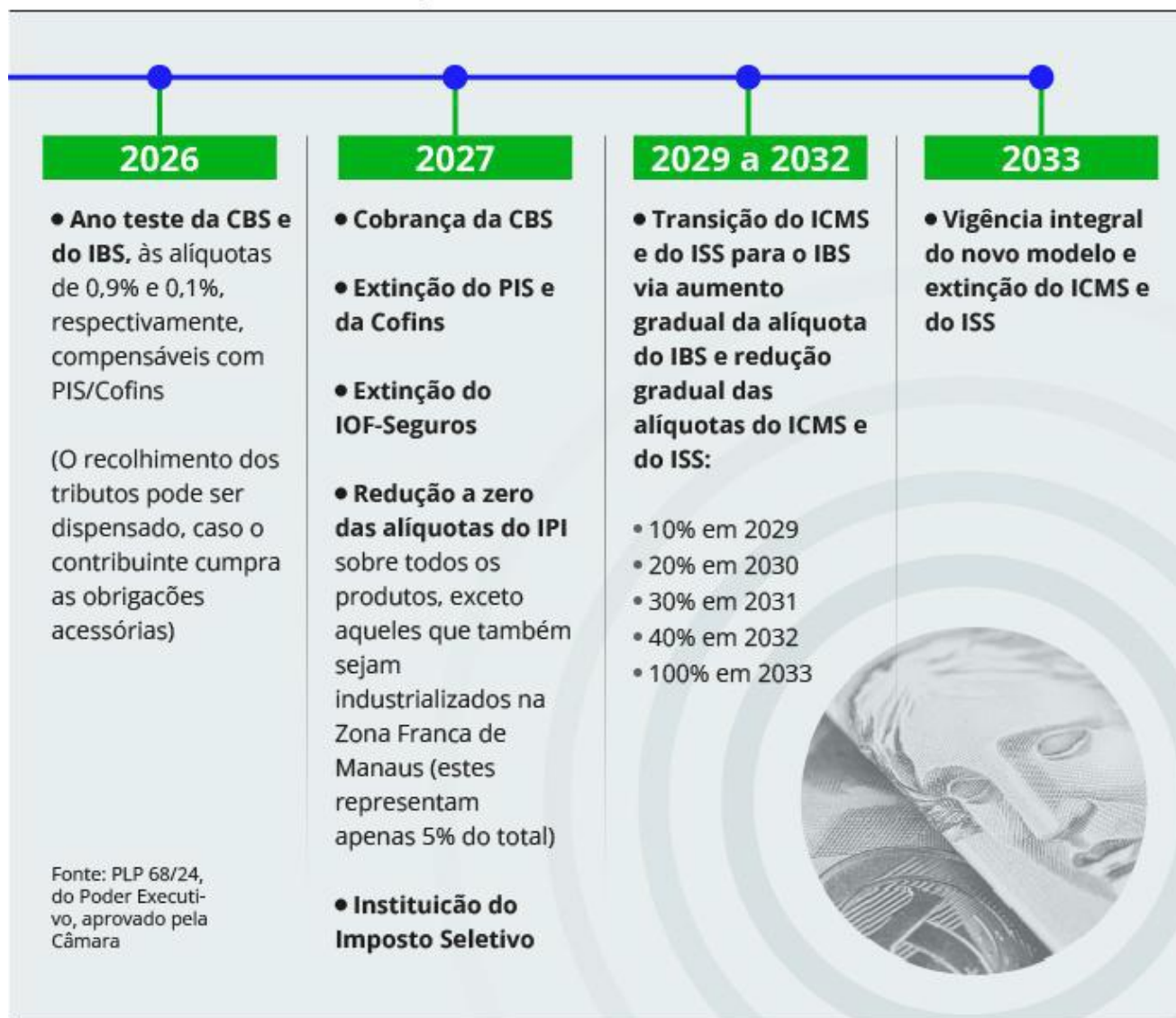


CONTROLE





## TRANSIÇÃO PARA O NOVO MODELO



Arte: Agência Câmara

19/06/2024